



# PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIV - 114ª DA REPÚBLICA

Segunda-feira, 10 de janeiro de 2005 - Nº 006

TERESINA - PIAUÍ

## Fome Zero contempla comunidade em Pedro II



Incentivo à caprinocultura

Ampliar as parcerias para o fortalecimento de projetos produtivos na área de apicultura, avicultura, caprinocultura e de construção de cisternas para a comunidade Tapera, em Pedro II, visando beneficiar aproximadamente 100 famílias, foi o objetivo da reunião entre a coordenadora do Programa Fome Zero, Genilda Marques, e representantes da

Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural), Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e Programa Permanente de Convivência com o Semi-árido (PPCSA).

O projeto para construção de cisternas será executado pelo Centro de Formação Mandacaru/Pedro II com recursos financeiros de voluntários da cooperação italiana e articulados pela Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar.

O projeto encontra-se em fase de cadastramento dos beneficiários, e já na segunda quinzena de janeiro todos os parceiros envolvidos participarão de uma oficina de planejamento para potencialização dessa ação.

Genilda Marques explica que essa experiência contribuirá para a melhoria da qualidade de vida das famílias e fortalecerá as parcerias com a organização da sociedade civil e com grupos estrangeiros que se solidarizam com o Fome Zero.

## Reveillon no litoral e em Teresina atraiu multidão

O secretário do Trabalho e Desenvolvimento Econômico Tecnológico e Turismo, Jorge Lopes, reuniu-se dia, 6, com representantes de vários órgãos do governo para avaliar o empenho na Operação Reveillon 2005 que aconteceu no litoral piauiense e na cidade de Teresina.

Segundo os representantes, a operação foi avaliada positivamente, embora se reconheça que houve pequenas falhas. Para Jorge Lopes, essa avaliação é imprescindível porque, à medida que se repensam os erros com responsabilidade e sem mascarar os fatos, é possível melhorar os serviços prestados. "Só uma administração que leva a sério tudo que faz é capaz de reavaliar seus atos", afirmou.

Jorge Lopes disse, ainda, que o evento no litoral concentrou uma multidão significativa de pessoas. Já o presidente interino da Empresa Piauiense de Turismo (PIEMTUR), Honório Onofre de Medeiros, afirmou que, segundo dados da Polícia Militar, havia cerca de 50 mil pessoas na



Praia lotada no primeiro dia do ano

praia, na passagem do Ano Novo. "No que se refere à segurança e saúde, a operação obteve sucesso", avaliou.

Para o Carnaval e férias em julho, os organizadores garantem que aperfeiçoarão os acertos e corrigirão os erros. Ficou acertado por todos os organizadores que a segurança será reforçada e que haverá mais postos de saúde para atender a clientela.

## Contribuição para saúde viabilizará serviço do Iapep

Para assegurar o funcionamento adequado e com qualidade do atendimento à saúde dos servidores públicos estaduais, o Instituto de Previdência e Assistência do Estado (IAPEP) estuda a adoção de uma contribuição específica para a saúde, que será discutida com o conjunto do funcionalismo quando o órgão concluir o recadastramento dos servidores e os cálculos que definirão o percentual, o que ocorrerá até o final de março.

O diretor jurídico do IAPEP, Marcos Steiner, disse que a questão está sendo estudada também pela Procuradoria Geral do Estado e pela Assessoria Jurídica do Palácio de Karnak.

Ele disse que a adoção da contribuição para a saúde tornou-se imperativa, para que o serviço de atendimento médico continue sendo oferecido aos servidores. Steiner explicou que, com a Emenda Constitucional 20, de 1998, a contribuição ao IAPEP, aplicada no contracheque, é somente para pagamento da aposentadoria e pensão, não podendo ser usada para serviço de saúde, sob pena de os gestores responderem administrativamente por crime de responsabilidade.

Até aquela data, o Estado pagava o atendimento à saúde e benefícios com o dinheiro da Previdência, o que era inviável. Isso levou a um déficit que hoje é de R\$ 19 milhões. Mesmo que o órgão arrecade toda a contribuição do servidor e some esse valor à contrapartida do Governo, o Estado ainda tem que bancar esses R\$ 19 milhões.

Diante do problema, tornou-se imperativo fazer a mudança. "Sabemos que é difícil, é uma situação que não é boa, mas é preciso esclarecer isso. O servidor acha que, por estar contribuindo para o IAPEP, a contribuição lhe dá direito à saúde. Mas isso não ocorre. Quem paga a saúde do servidor hoje é o próprio Tesouro Estadual, que manda R\$ 1,100 milhão por mês para o IAPEP. A Secretaria de Fazenda tira de outros lugares, seja de investimentos na educação, na saúde ou para compra de equipamentos, para mandar esse valor para a saúde", explicou Marcos Steiner.

O diretor jurídico do IAPEP pergunta se é justo que o restante da sociedade que não é servidora pública estadual tenha que bancar o custo, uma vez esses R\$ 1,100 milhão saem dos impostos, da arrecadação do Estado e do Fundo de Participação do Estado. "É um dinheiro que está servindo somente para os servidores, quando deveria estar beneficiando todo o restante da população", justifica.

Em termos práticos, com a adoção da nova contribuição, os servidores que hoje contribuem para o IAPEP manterão essa contribuição, mas para garantir o atendimento médico terão que fazer a opção pelo desconto da taxa de saúde.



Iapep

Os estudos nesse sentido estão adiantados. "Estamos fazendo análises atuariais para que cheguemos a um percentual que não onere por demais o servidor, que já está onerado até mesmo pela contribuição da Previdência. Estamos planejando algo que ainda não tinha sido feito. O que se viu foi falha da administração do setor", disse. O IAPEP está recadastrando os servidores e já descobriu que cerca de 90 mil pessoas estavam usando o sistema sem ser servidores.

Ele adiantou que o objetivo é tornar viável o sistema de saúde. "Temos reclamações de que os médicos só querem atender até três consultas ao dia para o IAPEP, porque a consulta custa apenas R\$ 7,50 e mais R\$ 7,5 para o retorno. Havendo a contribuição, poderemos melhorar esse valor. Com isso, ofereceremos mais consultas aos servidores".

O diretor jurídico diz que a questão é viabilizar o sistema. "A defasagem é decorrência da falta de visão administrativa herdada do passado. Estamos certos de que, com o ganho em qualidade que o servidor terá em atendimento médico, saberá que saiu ganhando com a medida", disse.

Ele acrescentou que a contribuição tornará possível levar para o atendimento médico do IAPEP a qualidade em assistência que já existe no PLAMTA. O PLAMTA é hoje preferido a qualquer outro plano, por sua qualidade.

Para recadastrar os servidores, o IAPEP começou com as letras de Z a M e depois irá de M a A. Atualmente, recadastra os servidores iniciados com a letra M. Quando terminar essa fase, haverá estudo matemático para definir o percentual da contribuição. A lei já está na redação final. Essa fase deve ser concluída até o fim de março, quando será apresentada aos servidores através dos seus sindicatos, para em seguida ser enviado à Assembléia Legislativa para aprovação.

## Crianças são atendidas por programa antidrogas

Segundo a coordenadora do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), Márcia Jerônimo, 2.715 crianças entre 9 e 12 anos já estão sendo atendidas em Teresina, Parnaíba, Piripiri, Valença e Corrente. Este ano, a expectativa é de que o programa se interiorize ainda mais e contemple os municípios de Pedro II, Esperantina, Brasileira, Floriano e Picos, elevando a quantidade de crianças beneficiadas para 5 mil.

O PROERD funciona através de uma parceria entre três segmentos da sociedade: escola, família e Polícia Militar (PM). A escola e a família são os principais espaços em que o programa funciona. A meta é desenvolver ações de prevenção contra as drogas e a violência. "As crianças estão tendo desempenho mais satisfatório nas escolas e, dentro de suas famílias, estão mais comportadas", disse a coordenadora.



Policiais militares são voluntários

Márcia Jerônimo afirmou, ainda, que as crianças entre 9 e 12 anos são mais vulneráveis à influência dos adultos que já se encontram no vício. Nesse sentido, o PROERD exerce uma ação preventiva e também de recuperação das crianças já envolvidas no crime. Além disso, é feito um trabalho para que os indivíduos resistam ao uso de drogas ou atos de violência.

Segundo a coordenadora, os policiais que atuam no PROERD são voluntários. Eles, quando estão de folga do seu trabalho, dedicam tempo para ajudar essas pessoas que estão envolvidas com a droga ou estão em situação de risco. "O sucesso do PROERD é fruto da boa vontade das pessoas que nele atuam pelo amor que têm para compartilhar com essas crianças", acrescenta.